

# ÍNDIOS, MEMÓRIA DE UMA CPI

Os órgãos de Comunicação do Congresso Nacional têm atuado de forma exemplar no cumprimento de sua função primordial: bem informar ao povo brasileiro sobre leis e temas propostos e discutidos diariamente na Câmara e no Senado Federal, levando às mais distantes localidades do país informações necessárias ao exercício pleno e democrático da cidadania.

Engajados que são, os profissionais de nossos veículos de Comunicação se esmeram por exceder essa função primeira. Garimpam acervos, antigas atas e relatórios de comissões, documentos perdidos no tempo, à procura de dados que possibilitem o resgate da história brasileira e da memória do Congresso Nacional.

*Índios, Memória de uma CPI*, documentário da TV Câmara que foi ao ar em abril deste ano, por ocasião das homenagens ao Dia do Índio, é um dos excelentes frutos deste trabalho de preservação dos acervos sociocultural e político brasileiros.

O vídeo conta a trajetória da Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada em maio de 1968, para investigar a situação das tribos indígenas remanescentes no Brasil. Uma CPI que não foi concluída. Suas atividades foram interrompidas no período mais funesto da ditadura militar no Brasil, com a instalação do AI-5 e a cassação do mandato de vários parlamentares que compunham a Comissão.

O pequeno grupo que conseguiu manter o cargo, corajosamente publicou, no Diário do Congresso Nacional, relatório com todos os depoimentos colhidos até a ação do AI-5. São estes depoimentos que dão vida ao documentário e denunciam as barbaridades cometidas contra a população indígena no Brasil, em nome do progresso.

por **Emilia Fernandes**

Fotos: Geraldo Magela / Agência Senado



A CPI instalou-se numa época em que era discutida a implementação da Fundação Nacional do Índio (Funai). A Câmara dos Deputados, que recebia denúncias diárias de invasão de terras e roubo de madeiras nobres em áreas indígenas, vislumbrou a CPI como caminho ideal para influenciar na estruturação e na elaboração de programas do novo órgão, como explica o relator da Comissão, ex-deputado Marcos Kertzmann.

As denúncias de então responsabilizavam os grandes latifundiários, associados à omissão do poder público, pela dizimação de diversas comunidades indígenas. Grupos financeiros muito fortes impediam a vinda de depoentes ao Congresso Nacional. Por isto, a CPI de 1968 não se limitou à mera coleta de dados. "Visitas às aldeias nas regiões Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste foram fundamentais aos trabalhos", relata o antropólogo Olympio Serra, que trabalhou como assessor da Comissão.

Desta forma, elaborou-se um plano de viagem, com o objetivo de viabilizar a cobertura de várias regiões onde os interesses indígenas estivessem em risco. Pontos remotos deste país continental foram visitados, usando-se, para tanto, meio de transportes extremamente precários. A primeira missão, na qual parlamentares e assessores percorreram os territórios de Tocantins, do Pará e do Maranhão para visita aos povos Xerente, Canelas, Xikrin, Apinayé, Parkategê (os Gaviões de Tocantins) e Guajajaras, ocorreu em 20 de setembro de 1968.

São os depoimentos dos próprios índios que dão tom pungente ao documentário da TV Câmara. Eles relatam o processo de diáspora forçada ao qual foram submetidos. Contam detalhes das provocações dos fazendeiros que não suportavam a presença dos índios Apinayés e a pressão exercida pelos caçadores de peles que pressionavam os recém contatados Xikrin, no Sul do Pará.

Os membros da Comissão visitaram as aldeias de Tocantins e do Pará sem imaginar que, pouco depois, aqueles povos teriam problemas seríssimos com a cons-

trução de barragens e da Transamazônica, cuja abertura da PA-60 cortou ao meio o terreno dos Parkategês - num episódio de violência e desrespeito inomináveis aos costumes, tradições e cidadania indígenas. Felizmente, aquele toldo indígena sobreviveu e manteve a sua sociedade. Mesma sorte não tiveram os Canelas, do povo Tupi no Maranhão. Os parlamentares desembarcaram em suas terras pouco depois de um massacre terrível, promovido pelos coronéis locais, que dizimou toda a tribo.

De acordo com o presidente da CPI, ex-deputado Nelson Carneiro, o cadastramento dos povos indígenas nas regiões Norte e Nordeste deveria ser de pelo menos 5 mil pessoas. Os parlamentares encontraram, se muito, uma centena de índios: sobreviventes com graves problemas de saúde, cercados por invasores e com área de caça e de pesca extremamente reduzida.

Com estas informações, a Comissão partiu para a segunda etapa da viagem. Desta vez, visitaram o meu Estado, o Rio Grande do Sul. Ali, os deputados travaram contato com o trágico processo de colonização, executado pelo Governo do Estado, nas terras do povo Kaingang. Tiveram como guia o então deputado estadual Plínio Dutra, que, meses antes, fora relator da CPI local que investigou a situação indígena em território gaúcho.

Antes de começar os trabalhos, Dutra alertou os parlamentares da dificuldade em localizar as comunidades indígenas, que "aos poucos, somem a centenas e centenas". No entanto, apesar do alerta, o deputado gaúcho ficou estupefato ao constatar o completo desaparecimento de aldeias inteiras que ele acabara de visitar.

Foi o caso do toldo Serrinha, extinto pela ação espoliativa do então governo do Estado e de intrusos. Serrinha, antes da dizimação da comunidade que ali vivia, perdeu mais de 6 mil hectares de sua área para uma colonização estadual. Outras comunidades gaúchas sequer foram localizadas porque o Instituto de Terras do Rio Grande do Sul havia loteado suas áreas. Os próprios funcionários do Instituto admitiram ter

colocado os moradores destes toldos indígenas em caminhões e os abandonado à própria sorte em estradas do Estado. O destino final de dezenas e dezenas de brasileiros vítimas desta ação é até hoje ignorado.

O índio Kaingang, Pedro Silveira, sobrevivente da comunidade de Ventarra, relata no documentário o drama vivido por sua gente, expulsa da terra de origem para dar lugar a um assentamento de sem-terras. No princípio, conta Silveira, os índios poderiam ficar, mas não plantar. Eram 168 pessoas, dentre adultos, jovens e crianças. Um dia, sem explicações, 114 deles foram postos em cima de caminhões e levados para um acampamento. Muitos morreram na viagem. Os que ficaram, perderam a liberdade. Foram escravizados, obrigados a trabalhar para os colonos.

"Era melhor queimar, matar todos, do que fazer isso com o nosso povo", sentencia Pedro Silveira em seu depoimento. Os Kaingang tentaram resistir e denunciar a violência sofrida. O índio Daniel Silveira percorreu a pé, durante sete meses, as estradas que ligam o Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro, numa vã e desesperada tentativa de obter ajuda governamental e salvar sua comunidade.

No toldo Cacique Nonoai, ainda no Rio Grande, os parlamentares viram inúmeros índios feridos, mutilados e até mesmo mortos a pedradas, vítimas da agressão extrema a qual eram submetidos. Como destaca o antropólogo Olympio Serra, invadir e promover o genocídio da população indígena, seja por armas "brancas" (como facas e pedras) e de fogo, envenenamento ou abandono, foi a tradição colonial brasileira. Sucessivos governos cederam os recursos naturais e as terras agricultáveis indígenas para inúmeras frentes de colonização por arrendamento. Desta forma, os índios brasileiros e, em especial os gaúchos, foram durante anos reduzidos a um bando de miseráveis, que dependiam do serviço assistencialista do Estado para receber uma míngua porção diária de mingau e charque.

Num relato emocionado, o ex-deputado Marcos Kertzmann nos fala: "Jamais imaginei que o ser hu-

mano pudesse ser parceiro, saber da situação e não tomar uma providência contra a violência infringida à nossa gente. Preferia não ter participado disso porque poderia ouvir e duvidar. Hoje não posso duvidar porque presenciei, vi isso com meus próprios olhos". O relator da CPI encerra sua participação com um questionamento que devemos retomar. O que os parlamentares presenciaram em 1968 foi morte, portanto irreversível. De lá para cá, passaram-se 34 anos. Por mais que tomemos providências hoje, quantas vidas foram ceifadas e injustiças cometidas contra a população indígena brasileira?

Média calculada por antropólogos, a partir de dados da Funai, do Conselho Indigenista Missionário e do Instituto Ambiental, revela que existiam no Brasil 5 milhões de índios no período do "Descobrimento". Hoje, a comunidade indígena é formada por 270 mil pessoas, pouco mais que 5% da população original e 0,4% da população total brasileira. Estes números mostram ainda que, a

cada século, morrem um milhão de índios no país. Especialistas apontam que, no final do século XV, existiam 1.175 diferentes línguas faladas por essa população original. Com a extinção de grande número de povos, ao longo de mais de 500 anos, essas línguas foram reduzidas a 170, faladas hoje por 206 diferentes etnias.

No caso do Rio Grande do Sul, cujo exemplo ocupa quase a metade do documentário da TV Câmara, o processo de colonização e o descaso de sucessivos governos que reduziram a população indígena a existência de apenas dois povos: os Kaingang, com aproximadamente 18 mil representantes, e os Guaranis, com 1,5 mil. Juntas, estas comunidades ocupam 0,37% do território gaúcho. Habitam diminutas áreas, em 36 espaços, dentre terras indígenas e acampamentos, de 63 municípios.

Destas tribos, dez ainda têm problemas com assentamentos de colonos. Em suas terras vivem nada menos do que 1.500 famílias de colonos. Suas áreas também sofrem

problemas de degradação ambiental, principalmente pela prática abusiva de arrendamentos, muito embora o atual Governo do Estado tenha proibido a prática nas áreas indígenas. Vale ressaltar o esforço do atual governo para sanar os problemas e garantir a melhoria das condições de vida das comunidades indígenas gaúchas, com o objetivo de preencher, no mais curto espaço de tempo, o vazio deixado por mais de três décadas de omissão e agressão do Estado para com estes povos.

Em janeiro de 1999, os povos indígenas gaúchos foram recebidos pelo governador Olívio Dutra, como chefes de Nação, inaugurando assim novas relações com as comunidades. Nos quatro anos da legislação anterior, os investimentos estatais para sanar problemas indígenas resumiram-se a R\$ 1,2 milhão para reassentamento de colonos das terras Kaingang. Os Guaranis jamais haviam recebido qualquer tipo de atenção por parte de governos anteriores.





Em três anos de trabalho, nosso Governo Democrático e Popular do Rio Grande do Sul já ultrapassou, em muito, a marca de investimentos da gestão anterior. Até agora, foram investidos R\$ 28,3 milhões em aquisição de terras, indenização e retirada de colonos das áreas indígenas, melhoria das condições de saúde, educação, assistência social, infra-estrutura, meio ambiente, geração de emprego e renda, dentre outras ações.

Neste montante, não estão computados os recursos na área de educação para o custeio das 50 escolas indígenas do Estado, que atendem hoje 4 mil crianças. Em 1999, o Governo do Estado solicitou ao Conselho Estadual de Educação o reconhecimento da Educação Indígena e a criação de categoria própria de Escolas Indígenas. Em janeiro deste ano, o CEE emitiu resolução favorável. Mas, ainda em 2001, a Secretaria Estadual de Educação iniciou processo de licitação para construir a Primeira Escola de Magistério Indígena. Desde o último mês de abril, ela está sendo construída dentro da terra indígena de Inhacorá, no município de São Valério do Sul.

De acordo com tradições milenares, a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas está diretamente relacionada com a ocupação da terra. Para garantir a etno-sustentabilidade foi realizado levantamento da situação das comunidades, que foram incluídas em programas destinados a pequenos agricultores e programas emergenciais de combate à pobreza absoluta. Também foram desenvolvidos projetos para manejo ambiental, infra-estrutura básica, geração de renda e formação agrícola.

O Governo do Estado, em parceria com o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e a Funai, enfrenta o problema do assentamento de colonos nas terras kaingang. Gradualmente, os graves conflitos de interesse estão sendo solucionados. Desde 1999, 710 famílias de agricultores foram indenizadas ou reassentadas. O processo continua em andamento. Todas as terras retomadas pelos indígenas estão sendo reflorestadas.

Para as comunidades Guarani, estão sendo regularizadas sete áreas. Para cinquenta famílias que viviam acampadas em beiras de rodovias, foram adquiridas terras nos municípios de Camaquã, São Miguel, Barra do Ribeiro, Riozinho, Viamão e Estrela Velha. Elas foram integradas ao Programa Casa do Índio, um projeto participativo, discutido diretamente com as comunidades beneficiadas, respeitando sua cultura e utilizando tecnologias alternativas.

As novas habitações indígenas possuem varanda aberta para confecção de artesanato, que também serve de cozinha; dois dormitórios e um espaço intermediário de transição e convívio social. São feitas de madeira de eucalipto e as telhas são de barro, do tipo francesa. Este projeto recebeu recentemente o prêmio Selo de Mérito 2001 da Associação Brasileira de Cooperativas de Habitação (ABC), um justo reconhecimento a este trabalho respeitoso e pioneiro, que visa sanar o déficit de habitações indígenas no Rio Grande, hoje calculado em 1,3 mil casas.

O Orçamento do Estado para o ano de 2001 incluiu verba de R\$ 975 mil, para pagamento de indenizações à comunidade da tribo Nonai, pela construção da Rodovia RS-324 dentro de suas terras. A verba aprovada no orçamento de 2001 está sendo investida, a pedido da comunidade, na compra de maquinários, construção de Centro de Cultura, Museu e quiosques para venda de artesanato, construção de estrada lateral à rodovia e escola. Está tudo em fase final de compra, licitação e construção.

Preocupada com o elevado índice de mortalidade infantil na tribo de Guarita, a Secretaria Estadual de Saúde realizou, em 2001, pesquisa para levantar suas causas e desenvolver políticas públicas que minimizassem estas ocorrências. O trabalho revelou que as crianças morriam especialmente por subnutrição grave e suas conseqüências, como doenças pulmonares e diarreias. Não falta alimento aos membros desta tribo. Mas constatou-se um triste processo de desistência de viver, de ausência

de auto-estima e uma crescente vergonha de ser índio.

O mesmo foi diagnosticado nas tribos de Nonoai e de Ligeiro. Processo agravado, em algumas áreas, pela exploração sexual e prostituição das meninas indígenas: meninas prostitutas, na maioria dos casos, eram mães das crianças mortas por desnutrição. Frente a esta realidade, foram adotadas medidas judiciais e policiais visando a punição dos responsáveis pela prostituição das meninas.

Também intensificou-se o trabalho de resgate da cidadania e da dignidade da população, desenvolvido pela Secretaria Estadual de Saúde. Foi criado programa específico para reduzir a mortalidade das crianças indígenas, com investimento de R\$ 150 mil em 2001 e mais R\$ 150 mil neste ano, nas áreas de saneamento básico, higiene, valorização da cultura, preservação e valorização de alimentos naturais e tradicionais, além de cuidados com grávidas e nutrizes.

Outros R\$ 64,1 mil foram gastos, em 2001, para a promoção de 44 cursos de formação profissional, que atendeu 934 pessoas de vinte áreas indígenas Kaingang e Guarani, e R\$ 190 mil em programa de ações emergenciais e capacitação de agentes em assistência social para tratar diretamente com este público, direcionado a 63 municípios que possuem terras indígenas e quatro comunidades que apresentam maiores problemas de subnutrição, vulnerabilidade social de crianças, adolescentes e nutrizes.

Críticos podem afirmar que estas ações ainda são tímidas. Mas devem reconhecer que jamais a comunidade indígena gaúcha recebeu atenção governamental. Por isso, tais ações devem ser destacadas.

A CPI de 1968 também rendeu frutos no Legislativo Federal, inspirando os parlamentares de agora a empreender todos os esforços que se façam necessários para combater a exclusão e a falta de políticas públicas específicas para as comunidades indígenas remanescentes no Brasil. No entanto, é forçoso admitir que ainda há muito para avançarmos. Há mais de dez anos tramita no Congresso Nacional,

para aprovação, o Estatuto dos Povos Indígenas, sem sinalização de quando será votado. Precisamos ainda ratificar a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que regulamenta as relações de trabalho entre o "mundo branco" e o "mundo indígena".

O governo brasileiro deve adotar uma política transparente, com liberação de recursos, para a demarcação das terras indígenas, bem como para a proteção dos conhecimentos tradicionais e do patrimônio genético existente em suas terras. O Brasil sequer reconheceu e incorporou em sua legislação a denominação "Povos Indígenas", embora o governo federal já tenha se comprometido internacionalmente com esta medida.

A Fundação Nacional do Índio, em 34 anos de existência, nunca teve um presidente-índio, em consonância com reivindicação histórica da comunidade. A reformulação e a modernização do órgão também vêm sendo recorrentemente adiadas. No âmbito da Educação, ainda falta criar uma Política Nacional para a Educação Escolar Indígena, com formação de professores e adoção de material didático adequado.

Mais uma vez, o governo brasileiro se comprometeu publicamente a atender estas reivindicações da população indígena. Todas elas foram incluídas na segunda edição do Programa Nacional de Direitos Humanos, anunciado pelo governo este ano. No entanto, não há previsão de atendimento imediato. A execução destas ações ficará a cargo do próximo governo. Mais do que promessas, as tribos indígenas remanescentes necessitam de ações concretas, pontuais e imediatas. Sanar nossa dívida histórica e social com tais comunidades é nosso dever e nosso compromisso ético e moral.

**Emilia Fernandes** é senadora do Rio Grande do Sul pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e professora.

